



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE CONTRATO

ANEXO II - Contrato de prestação de serviços de acesso à internet, decorrente do Pregão n. xx/2021, que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul e a empresa xxxx.

Pelo presente instrumento a UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, com sede na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ/MF sob n. 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I n. 209.177 SSP/MS e do CPF n. 352.902.001-00, residente em Campo Grande/MS, doravante denominado Contratante, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob n. **XXXXXXX**, estabelecida na Av. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, na cidade de **XXXXXXXXXXXXXXX**, representada neste ato por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileira, **XXXXXXXXXX**, portadora da Carteira de Identidade n. **XXXXXX** SSP/xxx e do CPF n. **XXXXXX** doravante denominada Contratada, resolvem celebrar o presente Contrato, vinculando-se ao Edital de Pregão n. xx/2021 - Processo SEI 0009567-74.2020.6.12.8000e proposta do contratado, regendo-se pela legislação vigente e principalmente pelas disposições da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Instrução Normativa n.º 05/2017 - SLTI/MOPG, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e subsidiariamente a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de acesso à Internet (link de backup), para o prédio sede do TRE no Estado de Mato Grosso do Sul.

1.2. A discriminação detalhada dos serviços está disposta no Termo de Referência, que segue anexo a este termo contratual.

1.3. Fazem parte integrante do presente Contrato, independente de transcrição, não podendo a contratada alegar desconhecimento, os seguintes documentos:

1.3.1. Edital do Pregão n. xxx/2021;

1.3.2. Termo de Referência (Anexo – I);

1.3.3. Todos os elementos que formam a Proposta da Contratada, desde que não conflitem com nenhum dos documentos anteriores, nem com este instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DA EXECUÇÃO DO OBJETO

2.1. As especificações e informações técnicas deverão atender às disposições do **CAPÍTULO III. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DISCRIMINADOS NO ITEM 01 (Link backup de dados - 40 Mbps – Campo Grande/MS)** e compreendem basicamente interligação da rede interna das secretarias do TRE/MS com a rede da operadora CONTRATADA, e a utilização

desta para a transmissão de dados e conexão à internet.

2.2 A execução dos serviços deve obedecer às legislações pertinentes às atividades desenvolvidas, devendo, nos casos em que houver dúvida ou opção de execução, sempre apresentar a melhor e mais completa solução para o TRE/MS.

CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. A execução do contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

3.2. Todas as condições que disciplinaram o desenvolvimento da contratação e execução dos serviços, estão dispostas no Termo de Referência (Anexo I), devendo ser seguido em todas as suas disposições que não conflitem com este termo.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS CONTRATUAIS E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

4.1. O período de **vigência** deste contrato é de **12 (doze) meses, contados da data última assinatura eletrônica**, podendo ser prorrogado em conformidade com as disposições da Lei n.º 8.666/93.

4.2 . Os demais prazos estão previstos no **CAPÍTULO III. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DISCRIMINADOS NO ITEM 01 (Link backup de dados - 40 Mbps – Campo Grande/MS)**.

4.3. As prorrogações de prazos, de início, de conclusão e de entrega dos serviços, poderão ser deferidas por autoridade competente do Tribunal Eleitoral, desde que ocorra algum dos motivos arrolados no § 1º do artigo 57 da Lei 8.666/93.

4.3.1. Não serão computados nos prazos contratuais os dias em que ocorram fatos impeditivos à execução dos serviços, alheios à vontade da contratada, devidamente comprovados e abonados pela Administração, não se encaixando neste item os atrasos de fornecedores, transporte, materiais e equipamentos, bem como problemas com mão-de-obra, e outros vinculados à necessária gerência e previsão do contratado.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

5.1. As despesas referentes a este contrato serão custeadas com recursos a serem aprovados na Lei Orçamentária Anual xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

5.2. O crédito e/ou respectivo empenho para atender à parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, serão indicados oportunamente, com devido registro nos autos.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O valor global desta contratação é de R\$ xx (xxxxxxxxxxxxxxxx), conforme estabelecido na tabela abaixo:

ITEM	Quantidade	Local de instalação	Qtd	Valor Mensal (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Link Backup de Dados 40Mbps	Campo Grande/MS - Prédio Sede TRE/MS	1	xx	xx

6.2. Estão inclusos todos os custos necessários e previsíveis para a perfeita execução do objeto aqui contratado (técnicos, materiais, equipamentos, impostos, taxas, emolumentos, fretes, deslocamentos, e outros necessário à realização dos serviços), não sendo aceito, posteriormente, qualquer pedido de acréscimo, cuja previsibilidade fosse possível.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

8.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **CAPÍTULO IV. DA NOTA FISCAL/FATURA** e no **CAPÍTULO V. DO PAGAMENTO** do Termo de Referência.

8.2. Os preços contratados poderão ser reajustados, mediante requerimento expresso da contratada, observando o interregno mínimo de doze meses, a contar da data de apresentação da proposta ou da data do último reajuste, conforme previsão do § 1º do art. 28 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, com incidência do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) ou outro índice divulgado e homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, no período entre o mês básico da apresentação da proposta e o mês anterior ao reajuste, compreendendo sempre o período de 12 meses, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = \frac{IMR}{IMM} \times PA, \text{ onde:}$$

IMM

PR = Preço reajustado

IMR = Índice do IST ou outro divulgado pela ANATEL do mês anterior ao reajuste

IMM = Índice do IST ou outro divulgado pela ANATEL do mês de apresentação da proposta

PA = Preço anteriormente praticado

8.2.1. No caso de prorrogação do contrato, sem que a contratada solicite o reajuste de forma tempestiva, ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste em relação ao período referente ao último aniversário da proposta.

8.2.2. Fica ressalvada a concessão do reajuste após a prorrogação da avença, com efeitos financeiros retroativos, a solicitação de reajuste pela contratada embasada nos itens que seguem:

- a) Quando o índice que servir de base para o reajuste não tiver sido divulgado;
- b) Quando a divulgação do índice for limítrofe à data de vencimento da vigência, vindo a prejudicar a prorrogação contratual;
- c) Na ocorrência de situação em que a contratada, comprovadamente, não tiver dado causa para que a solicitação de reajuste não tenha sido feita no prazo estabelecido ou que haja interesse da contratante.

8.3. Só haverá o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, ou ainda de força maior, caso fortuito ou fato príncipe.

8.4. Quaisquer tributos ou encargos criados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. O acompanhamento e fiscalização do contrato será de responsabilidade de servidor ou Comissão especialmente designada, a qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada o fiel e correto fornecimento para fins de pagamento.

9.2. A fiscalização tem autoridade para exercer toda e qualquer orientação geral durante a execução contratual.

9.3. As relações entre o Contratante e a Contratada, serão mantidas, prioritariamente, por intermédio da Fiscalização.

9.4. A Fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Contratante, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da prestação dos serviços, consultando a Administração nos casos de dúvida e sobre matérias que extrapolarem as previsões do Contrato, do Termo de Referência e os anexos que fazem parte integrante deste Termo.

9.5. Verificada alguma falha na prestação dos serviços, será feito registro formal e informado à empresa Contratada para que proceda à sua correção no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

9.5.1. Depois de transcorrido o prazo dado para solução dos problemas, o comunicado de que trata este item deverá ser repassado à Administração, com a indicação de correção, ou não, por parte da contratada, a fim de se apurar a penalidade cabível.

9.6. Qualquer alteração necessária ao contrato deverá ser previamente autorizada pela Administração, respeitadas as formalidades da Lei 8.666/93, devendo a Fiscalização comunicar a Administração quando se tratar de mudança substancial, que enseje alteração por meio de termo específico.

9.7. A fiscalização deverá informar à Administração toda necessidade de alteração contratual, com um prazo mínimo de 45 dias de antecedência da ocorrência de fato, quando previsível.

9.7.1. A alteração contratual far-se-á necessária quando se tratar de necessidades para as quais não houver previsão no Termo de Referência ou neste Contrato, e que fujam das possibilidades de ajustes previstas nos referidos instrumentos.

9.8. A fiscalização é responsável pela requisição formal de documentos necessários ao pagamento da Contratada, sempre que a Contratada não encaminhá-los juntamente com a nota fiscal, ou ainda, caso estejam vencidos ou venham a vencer antes do pagamento.

9.9. A fiscalização deverá atestar a nota fiscal dos materiais/serviços, verificando a apresentação de toda a documentação necessária ao pagamento, bem como a sua validade e correção, encaminhando tudo aos setores competentes do Contratante, procedendo à prévia solicitação de correção, por meio escrito, com recibo da empresa, caso seja necessária.

9.10. A fiscalização deverá manter em arquivo o controle de prazos, saldos contratuais e saldo de empenho, por ventura existente, bem como todos os controles relacionados a obrigações geradas nessa contratação.

9.11. A fiscalização deverá obedecer a todas as orientações do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E DEVERES DO CONTRATANTE

10.1. Os direitos e deveres do CONTRATANTE são aquelas previstas no **CAPÍTULO VII. DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS** do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

11.1. Os direitos e obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no **CAPÍTULO VIII. DAS OBRIGAÇÕES DA(S) CONTRATADA(S)** do Termo de Referência.

11.2. Com vistas à preservação e cumprimento das questões de ética e conduta previstas em normativos vigentes, os funcionários da empresa contratada, no cumprimento das atividades deste contrato, devem seguir as diretrizes do Código de Ética do TRE/MS - [Resolução n. 690](#), de 1 de junho de 2020.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Contrato e Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.1.1. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

12.2. Será aplicada **Advertência** nos casos literalmente indicados no contrato, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo Contratante, tais como:

- a) quando não houver atendimento imediato às Ordens de Serviços procedentes da constatação de defeitos ou incorreções das obrigações;
- b) falhas durante a execução a prestação dos serviços, não corrigidas até 5 (cinco) dias

úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;

c) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização do contrato, e não disciplinada de forma diversa neste termo contratual.

12.3. Será aplicada **Multa**, da seguinte forma:

a) de **0,05% (zero vírgula cinco por cento)** sobre o valor total da contratação, por **atraso na instalação ou atraso no início dos serviços**, por dia de atraso, limitada sua aplicação até o máximo de 30 (trinta) dias, podendo, após esse prazo, ser caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão, mediante análise da Administração, sem prejuízo da multa estabelecida na alínea “g”;

b) de **3% (três por cento)** por dia de **suspensão/paralisação injustificada dos serviços**, calculado sobre o valor total da contratação, até o limite de 3 dias. Após o terceiro dia a multa diária passará a 4% até o quinto dia; após o quinto dia, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão, sem prejuízo da multa estabelecida na alínea “g”;

c) de **0,5% (meio por cento)** do valor total do contrato, por dia de **atraso no atendimento de chamado** de suporte/manutenção, segundo o prazo máximo estabelecido no item 4.3 da Cláusula Quarta;

d) de **1% (um por cento)** do valor total do contrato, por ocorrência, no caso de **aplicação de glosa durante 3 (três) meses consecutivos ou 5 (cinco) meses intervalados durante 1 (um) ano**, sendo que após a terceira ocorrência, a Administração motivadamente poderá a qualquer momento entender caracterizada a inexecução total do contrato, passível de rescisão, sem prejuízo da multa estabelecida na alínea “h”;

e) de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total do contrato, caso a empresa deixe de **emitir ou encaminhar documento fiscal** imprescindível ao pagamento;

f) de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, caso não queira assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;

g) de **15% (quinze por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de **desatendimento de demais cláusulas contratuais, - que não estejam especificada nas outras alíneas deste item -**, no Termo de Referência ou de ordens da fiscalização;

h) de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor total do contrato, de natureza compensatória, caso a contratada, por sucessivas falhas, leve o TRE/MS a rescindir o contrato, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

12.3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

12.3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

12.3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 12.3.2 e 12.3.3 abaixo;

12.3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

12.3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

12.3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

12.3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

12.4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

- a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não manter a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato.

12.5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

12.5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

12.5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

12.6. Da aplicação das sanções de multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

12.7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 12.5.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA RESCISÃO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

13.1. A rescisão do presente Contrato ocorrerá nos casos previstos nesta avença e no Termo de Referência, bem como nos casos previstos em lei e devidamente justificados, assegurados o contraditório e a ampla defesa, obedecendo, entre outras, principalmente às disposições do art. 77, 78, 79 e 80 da Lei 8.666/93, independente de sua transcrição, sendo inescusável a alegação de desconhecimento.

13.2. A rescisão do Contrato poderá ser:

- a) Unilateral** e por ato escrito da Administração deste Tribunal, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, notificando-se a contratada nos termos do artigo 109, “I”, letra “e”, da Lei nº 8.666/93;
- b) Unilateral**, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, sem a incidência de qualquer ônus e sem prejuízo das parcelas devidas, reduzida a termo no Processo Administrativo nos termos da Lei nº 8.666/93;
- c) Amigável**, por interesse comum das partes, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial**, nos termos da legislação vigente.

13.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, ficando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.5. O presente Contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS FUNDAMENTOS

14.1. Reger-se-á este Contrato pelas convenções aqui estabelecidas, pelas disposições contidas na Lei n. 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Resolução TRE/MS nº 665/2019 e pelo Termo de Referência e demais anexos a este Contrato, e pela proposta da Contratada (no que não conflitar com os demais documentos desta contratação), que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

14.2. Aplica-se ao presente Contrato, assim como aos casos omissos, a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, e a legislação vigente própria e/ou específica ao objeto deste Contrato, no que não conflitar com a supremacia do interesse público, que é característica de todo contrato pactuado pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações acerca do contrato e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação.

16.2. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de e-mail válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o e-mail, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresse, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

16.2.1. Em caso de alteração do endereço eletrônico, é obrigação da empresa comunicar ao TRE/MS a nova conta de e-mail válida.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. É competente o foro da Justiça Federal, em Campo Grande – MS, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por terem convencionado, aceito e declarado, as partes assinam este termo, para os devidos efeitos legais.

Campo Grande, xx de xxx de 2021.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

XXXXXXXXXXXXX
Representante legal da empresa
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN, Chefe de Seção**, em 23/03/2021, às 18:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1009695** e o código CRC **5BD475AB**.